

PARA UMA ANÁLISE DA IDENTIDADE REGIONAL NA GEOGRAFIA*

Gisélia Lima CARVALHO**

RESUMO

Este artigo trata da questão da identidade regional na geografia, utilizando como campo análise empírica a geografia regional de Goiás. A reflexão parte formação da identidade nacional, tendo como pano de fundo a questão da modernidade e as influências da globalização no conceito de identidade regional.

1. Considerações Iniciais

A VIDA RUDE NO NORDESTE GOIANO

A vida como no século passado – em povoados de casa de palha e adobe, sem energia, carro, farmácia ou telefone – ainda é assim no Nordeste Goiano. Lá, o isolamento e a pobreza, tornam possível, em pleno século 21, encontrar pessoas como Militão Soares dos Santos, que nunca viu um aparelho de televisão e passou toda a vida sem registro de nascimento (ninguém sabe ao certo a sua idade) ou qualquer outro documento. [...]. É a região que mais guarda semelhança

* Artigo final da disciplina *Geografia e Antropologia: Territórios e Grupos Humanos*, ministrada pelo Prof. Dr. Alessandro José Prudêncio Ratts, no Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal de Goiás.

** Mestre em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/IESA, UFG e professora dos cursos de Gestão em Turismo e Hotelaria do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás.

com os países africanos, cujos números de educação, renda per capita e saúde são os piores em todo o mundo.

SINAIS VISÍVEIS DE RIQUEZA

Aqui, o desemprego praticamente não existe. O movimento do comércio é intenso e raramente se vêem vendedores ambulantes ou mendigos nas calçadas. Os sinais de riqueza são visíveis. Construções de prédios comerciais e de hotéis de luxo; carros importados transitam pelas avenidas; restaurantes e bares cheios. Não faltam também centros médicos especializados, escolas e faculdades. O Eldorado em Goiás fica no Sudoeste do Estado.

O POPULAR, *Os vários mundos de Goiás*, 02/092001.

Os dois trechos da reportagem acima comportam situações de regiões e povos bem diferentes. De um lado, a “cara” do Nordeste Goiano, do outro, a do Sudoeste Goiano, descrita por um veículo de comunicação. Essas regiões, na reportagem, só são compreensíveis quando colocadas em pares opostos, a fim de darem materialidade à pobreza de um grupo e à riqueza de outro.

Não raramente esse par díspare de um mesmo Estado é mostrado como identidade que se completa e se explica. Diversas outras reportagens seguem esta metodologia tão eficaz. Nelas, o Nordeste Goiano parece ter a pobreza mais contundente quando posto frente a outra realidade, a do Sudoeste Goiano que, estrategicamente, se sobressai como “Eldorado” do Estado. Estas duas regiões opostas expressam identidades também opostas. No entendimento desse jogo dialético, pressupõe-se a existência de dois elementos: a semelhança e a diferença. São eles que caracterizam a noção de “identidades contrastivas” de Oliveira (1976, p. 44). Estas, para ele – que toma a identidade étnica de índios e caboclos na Amazônia para explicar – são elaboradas da seguinte forma:

quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma outra pessoa ou grupo com que se defrontam; é uma identidade que surge por oposição, implicando a afirmação de ‘nós’ diante do ‘outros’, jamais se afirmando isoladamente.

Nosso interesse se volta para entender a identidade de um grupo frente à sua região. É nela que a diferença e a semelhança se expressam para caracterizar a cultura dos grupos que nela vivem e (re)produzem sua representação sobre o espaço e a sua sensação de pertencimento. É nela que se dá a materialização do cotidiano dos povos. É por este aspecto que procuraremos analisar um “possível” conceito de identidade regional, sua origem, sua relevância e sua eficiência na explicação empírica de algumas realidades, sempre voltado para uma vertente geográfica e antropológica.

Diante disso, algumas perguntas são postas e merecem respostas: O que é identidade? A partir de quais elementos ela se forma? Que relação ela tem com a Geografia e com uma de suas categorias-chave, a região? Existe uma identidade regional?

Todas essas questões teóricas serão, sempre que possível, permeadas por enfoques empíricos sobre a região Nordeste Goiano e sobre a Sudoeste Goiano. É neste propósito que encaminharemos nossa discussão.

A *priori*, centraremos nossa atenção na análise da construção da identidade nacional, amparada em elementos da modernidade, visto que é sob o seu contexto que, pressupomos, nasce a identidade regional.

2. Da Identidade Nacional à Identidade Regional

2.1 Modernidade: a construção da identidade nacional

O tempo em que nos encontramos é marcado pela chamada “crise da modernidade” (Hall, 2001; Canclini, 1999; Latour, 1994). Junto com ela,

abalaram-se as estruturas que sustentavam aquela nacionalidade plenamente unificada. Por esse motivo, acredita-se que foi instalada também uma “crise da identidade nacional”, pois o jogo da identidade está associado ao jogo da modernidade.

O “sujeito moderno” (Hall, 2001) tinha sua identidade estável, enraizada em seu território nacional. A modernidade criou para esse sujeito a representação simbólica de uma identidade assentada sobre a idéia da nação. Para tanto, unificou a língua, inventou os símbolos, as festas cívicas, a bandeira, o hino e os heróis nacionais, os livros escolares e os discursos ajudaram a solidificar esta idéia. Segundo Ortiz (s/d, p. 77): “Este é o contexto no qual se forja a identidade nacional, imagem na qual se auto-reconhecem os membros de uma mesma comunidade”. A outra face dessa representação foi alicerçada pelos meios de comunicação, os quais cumpriram eficazmente seu papel na construção da identidade nacional e na formulação da sensação de pertencimento a uma única comunidade. Canclini, nessa linha de raciocínio, argumenta que na segunda metade do século XX,

O rádio e o cinema contribuíram com a organização dos relatos da identidade e do sentido de cidadania nas sociedades nacionais. [...] os programas de rádio contribuíram para que os grupos de diversas regiões de um mesmo país, antes afastados e desconectados, se reconhecessem como parte de uma totalidade (1999, p. 164-165).

Hall (2001), posicionando-se em sentido semelhante, assinala que esse ideal produziu “sentidos sobre a nação”, além do que se acreditou estar construindo identidades. Nessa perspectiva, estórias e mais estórias foram contadas para firmar um imaginário sobre a nação, dando crédito para o autor afirmar que a identidade nacional é uma “comunidade imaginada” (p. 50-56). Para Hall, esta estória se configura a partir de cinco elementos principais:

1. a narrativa da nação (imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos nacionais, etc.)

2. a ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade;
3. na invenção das tradições (Hobsbawm);
4. no mito fundacional (localização da origem da nação, do povo, etc.);
5. na idéia de um povo ou *folk* puro, original.

Esses elementos, fomentados pelo projeto racional da modernidade, constituem o discurso da nação, cujo mérito efetiva a mudança na base territorial das relações sociais de escalas local e regional, bem como rompe com a experiência dos homens em relação a seus lugares, pondo-os em contato com a insensibilidade da totalidade moderna.

No Brasil, evidentemente, esse projeto foi bem aceito. Em virtude de tamanha extensão territorial, as vias de comunicação trataram de interligar aquelas regiões que ainda persistiam no isolamento. Valendo-se disto, a identidade nacional brasileira, que Moraes (1996, p. 96) relaciona à “formação da nacionalidade brasileira”, foi se estabelecendo sempre à medida que o território brasileiro foi sendo conquistado. A “Marcha para o Oeste” foi um bom exemplo disso, já que se revela como “narrativa mestra da construção da nacionalidade” (Souza, 1997, p. 43).

Essa política, assentada no território, na marcha e na nacionalidade, encontrou seus contratempos figurados nos espaços regionais e locais que pareciam se dissolver frente ao nacional. O projeto de integrar o território nacional estava atrelado ao de integrar todas as culturas do país em uma única nação, voltado para construir uma monoidentidade para todos os povos. Todavia, o “sujeito moderno” associava-se a um indivíduo livre, autônomo, um cidadão. Diante disso, pergunta-se: como conciliar o projeto de uma nação moderna com o projeto do sujeito que ela mesma produziu? Essa questão está no centro do debate entre o global e o individual, por sinal um tema muito caro às sociedades modernas, visto que traz à tona a sua fragilidade.

Com o propósito de esclarecer sobre esse assunto, a análise de Ortiz

(s/d, p. 81) corrobora com o fato de que a “modernidade, ao mesmo tempo em que se encarna na nação, traz com ela os germes de sua própria negação”. Assim, a identidade nacional encontra-se em descompasso com o movimento que a engendra. Ela, junto à modernidade, fragiliza-se diante dessa contradição.

A identidade nacional, no papel, deve equacionar todas essas dificuldades, consolidando-se como hegemônica, produzindo o sentido no sujeito de ser um cidadão pertencente ao Estado-nação. Na realidade, a identidade enquanto entidade concreta e globalizadora, decantada pela modernidade, encontrou o obstáculo da diversidade regional própria de um país continental. Afinal, como tornar uma nação composta por elementos étnicos, de classe e regiões tão diferentes? Tendo em mente essa questão, é possível compreender porque houve abolição da escravatura no Brasil. Como pensar um Estado-nação forte e monoidentitário diante da grande quantidade de indivíduos pertencentes a um grupo étnico excluído do contexto socioeconômico? Fez-se necessário dar a esse grupo étnico o direito ao trabalho livre, a serem “cidadãos” e, por conseguinte, “consumidores” (Canclini, 1999).

A tarefa de homogeneizar um país tão diverso cultural e economicamente só teria sucesso mediante um fenômeno ocorrido no Brasil que Ortiz (1994) denomina de “invenção”; Sandes (2000) de “invenção da nação” e Magnoli (1997) de “pátria imaginada”. Canclini (1999), para a América Latina, caracteriza como “simulacro” para designar enganação, representação vã, fantasma e Hall (2001), referindo-se a uma escala interplanetária, diz tratar-se de uma “narração da nação”, esta, por sua vez, é uma “comunidade imaginada”. Todos, nesse contexto, acabam afirmando uma lógica comum dos efeitos da modernidade em relação à identidade nacional em escala global: o de identidade forjada, ainda que se expresse em tempos e escalas geográficas diferentes.

Assim, essa discussão sobre identidade nacional passa por uma questão dual que comporta pares dialéticos entre ser e não ser, entre o real e o virtual. E neste dilema não se sabe ao certo qual é a identidade nacional

brasileira. Ela existe de fato? Que elementos são capazes – diante de tanta diversidade cultural, econômica e social – de reunirem-se num mesmo ponto para formar uma identidade una que resulte na materialização de uma nação brasileira? Damatta (2001, p.20) afirma que esse jogo das identidades é como uma moeda, tem sempre dois lados. E julga: “enquanto não formos capazes de discernir as duas faces de uma mesma nação e sociedade, estaremos fadados a um jogo, cujo resultado já se sabe de antemão”.

Tentar juntar o que era disjunto foi um grande mito. O país foi assentado sobre várias identidades que eclodiam como obstáculo para o projeto de uma nação imaginada. Mesmo quando, no início do século XX, inventou-se, idilicamente, o carnaval, o futebol, o samba como símbolos da nação que representassem a sociedade brasileira, a tentativa parece ter sido incongruente.

É necessário esclarecer que todo esse plano traçado para a construção da nação estava atrelado a um projeto mais amplo, o da modernidade. É no primeiro que o segundo se realiza e se expressa enquanto organizador da sociedade e das suas dimensões espaço-temporais. A modernidade interfere no cotidiano dos homens, desterritorializando as relações entre si. Essa consequência parece ser a sua maior contradição: na medida em que se projeta como integradora, desintegra e desarticula. Em seu inconsciente produz a mistura, a heterogeneização e a hibridização¹, o que permite Latour (1994, p.51) afirmar que “jamais fomos modernos no sentido da constituição. A modernidade jamais começou. Jamais houve um mundo moderno”.

A realidade é que, mesmo em meio à pretensa unificação de uma identidade nacional, o que emerge é a controvérsia da pluralidade das culturas responsáveis por sua crise assim como o seu baluarte: a modernidade. Sob esse aspecto, é oportuno citar as palavras de Canclini (1999, p.165) sobre a modernidade: “Essa visão singular e unificada, que tanto as etnogra-

¹ Para compreender este termo, ver Latour (1994); Canclini (2000); Hall (2001).

fias classificam quanto os museus nacionais organizados por antropólogos consagraram, é pouco capaz de captar situações de interculturalidade”. Talvez por isso a globalização dos tempos pós-modernos se ocupe mais dessa tarefa, rompendo com as intenções da modernidade que não captou a pluralidade de interpretações das culturas étnicas e regionais, não se atendo para a vanguarda da diferença.

A identidade nacional não responde mais ao chamado da multiculturalidade. O que parece ser fato é que “hoje, a identidade, mesmo em amplos setores populares, é poliglota, multiétnica, migrante, feita de elementos de várias culturas” (idem, *ibidem*, p.166).

2.2 Globalização e Identidade regional

A Globalização marca uma nova representação do tempo e do espaço que vai interferir, em alto nível, nas identidades. Assim como examinou Hall (2001), esta interferência resulta nas chamadas “identidades híbridas”. Estas, para nós dão lugar à discussão da identidade regional, porque solapam aquelas monoidentidades promulgadas pelo Estado-nação. Não é que as velhas identidades nacionais deixem de existir. Elas ainda permanecem fortes, todavia, “as identidades locais, regionais e comunitárias têm se tornado mais importantes” (Canclini, 2000, p. 73).

Ao contrário do que muitos pensam, a globalização não só homogeneiza como também regionaliza, logo, “a identidade pode ressurgir, como uma forma consciente ou não, de contraposição ao processo excludente engendrado pela globalização” (Haesbaert, 1999, p. 171). Os indivíduos e a sociedade se espalham cada vez mais sobre o espaço e, por conseguinte, são mais factíveis de fragmentação e de diferenciação.

É nesse sentido que muitos teóricos culturais atestam que a tentativa de globalizar o mundo traz à tona a questão da multiplicidade de estilos, da pluralidade, do direito à diferença, do acesso às outras culturas nacionais, antes intacto. Algo que pode priorizar a cultura específica das regiões. A afeição dos pequenos grupos ao lugar e à região é uma forma de tornarem-

se fortes, visto que são frágeis frente aos movimentos globalizantes. Conforme Harvey: “Ao se apegarem, muitas vezes por necessidade, a uma identidade dependente de lugar, esses movimentos de oposição, contudo, se tornam parte do próprio movimento de fragmentação que um capitalismo móvel e uma acumulação flexível podem alimentar” (1992, p. 272).

Essas formas de resistência aos processos homogeneizantes da globalização e às outras formas de organização político-territorial de escala nacional, por exemplo, resultam no regionalismo, entendido por Haesbaert como

um processo de criação e sustentação de determinados significados sociais, relacionado sempre a um dado território, através dos quais uma fração de classe, hegemônica ou portadora de alguma bandeira autonomista, procura fazer valer seus interesses – de natureza político-econômica e/ou de identidade cultural [...] – frente aos interesses da classe dominante a nível de Estado-nação (1988, p. 26)

Nessa perspectiva, há uma contradição da globalização dotada do alto poder de homogeneização. O que se revela junto a esse jogo é a heterogeneização, a multiculturalização. Isso ocorre porque a iniciativa de tornar o mundo uma aldeia global não é válida para todas as regiões do planeta. Na realidade, esse processo não camufla a diversidade das regiões e das identidades dos grupos nela pertencentes. Há, no mundo, grupos de pessoas que ainda não bebem a coca-cola, não comem *fast foods* do Mcdonald's, não calçam, nem calçarão os tênis da Nike.

Há também outros grupos, os quais podem ser representados pela D. Antônia Pereira da região Nordeste Goiano, que podem até conhecer esses símbolos da globalização do mundo, mas não sabem sequer quem é o presidente da república de seu país. Este é um exemplo entre tantos, que nos leva a crer que dizer que estamos na era global, não justifica a unificação do mundo. Pelo contrário, como bem lembra Castro (1994): “A crescente importância da escala planetária na organização da economia, das finanças,

das redes de poder tem, paradoxalmente, reforçado a importância das escalas regionais e locais” (p. 158). Segundo essa autora, o tratamento indiferente para as questões regionais no Brasil, deve-se mais “à herança de um imaginário da unidade e da identidade nacionais do que à falta de relevância do problema”. Como fruto disso, qualquer diferença identitária das diversas regiões brasileiras, muitas vezes, não passam de meros temas folclóricos.

As questões levantadas acima tentam mostrar a emergência da identidade regional frente à crise da modernidade. Ao que parece, ela está implícita no processo de globalização mundial. Haesbaert, referindo-se aos efeitos desta nas identidades, ressalta:

Em síntese, ocasiona um efeito deslocador e descentralizador de identidades organizadas em torno de uma cultura e de fronteiras bem definidas [especialmente as fronteiras nacionais] criando novas posições de identificação, mais plurais, menos unitárias e fixas (2001, p. 48).

Isso, por sinal, permite falar das concepções de identidades “híbridas”, resultantes da pós-modernidade. O “indivíduo híbrido é aquele que provém do cruzamento de culturas diferentes composto por elementos de origens diversas, um indivíduo mesclado” (op. cit.). Numa escala de maior abrangência, Latour (1994, p. 110) revela que os híbridos representam para os indivíduos modernos “o horror que deve ser evitado a qualquer custo através de uma purificação incessante e maníaca”. Na realidade, a hibridização representa o fracasso da modernidade.

Para conceituar esta época em que vivemos, Canclini (2000, p. 19) prefere o termo “hibridização” ao “sincretismo” ou “mestiçagem”, porque abrange “diversas mesclas interculturais”. A idéia de “hibridização” está associada à identidade do migrante, visto que este, ao ser transportado para além de suas fronteiras, é colocado à frente de outras identidades com as quais ele se mescla, podendo ou não se desvencilhar das suas origens. No contato com outras identidades, esse sujeito passa a ser fragmentado, no

entanto, amplia suas dimensões culturais, podendo ser plural. No final, este sujeito não pode nunca mais voltar a ser o mesmo. Ele tem que “aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas” (Hall, 2001, p. 88– 89). Passa a ser, nesse caso, um sujeito “traduzido”² (Op. cit.), ou melhor, transferido, transportado entre as fronteiras.

O conceito de “sujeitos traduzidos” pode ser adaptado aos grupos humanos pertencentes à região do Nordeste Goiano, já que eles, em sua grande maioria, são originários de Estados do Nordeste do Brasil e trouxeram consigo seus modos de vida que foram aos poucos se misturando aos costumes dos povos goianos que já habitavam a região. Portanto, se o conceito de hibridização cabe na realidade dos habitantes dessa região, os mesmos não se definem enquanto identidade única. São povos híbridos. Ou, de outra forma, não têm a mesma identidade que os baianos, pernambucanos, piauienses, etc., nem ao menos dos goianos, que se identificam, demasiado, diferentes.

3. Identidade Regional: conceitos e discussões

Depois da abordagem dos processos que envolvem a produção da identidade nacional e regional, trataremos de destacar algumas questões sobre identidade, especialmente a identidade regional, tendo em mente uma perspectiva geográfica, ainda que sustentados por outras ciências que estão na vanguarda do tratamento da identidade.

O sentido do conceito de identidade que nos interessa e que tem sido empregado na Geografia, é aquele localizado no âmbito da Antropologia, ou das ciências sociais, porque é entendido “numa perspectiva relacional, frente

2 Por “tradução” Latour entende que são as “misturas de seres completamente novos, híbridos de natureza e cultura” (1994, p.16).

à alteridade (Haesbaert, 2001, p. 45). A identidade, nesse aspecto, é uma construção histórica dos “seus sujeitos na relação e interação espaço-temporal com a alteridade, com o Outro” (op. cit.). É, portanto, uma identidade social, que conforme Bourdieu (2000, 191) assinala, “se define e se afirma na diferença”.

Amparados na categoria social, acreditamos, assim como propomos com as epígrafes no início do texto, que é no caráter relacional que a identidade se manifesta, considerando os sujeitos como iguais ou diferentes, em uma relação de hierarquização, em que eles se assumem diante dos outros na condição de iguais, superiores ou inferiores. O que não se pode estranhar, pois o critério da identidade é a diferença e a alteridade. Não há em uma sociedade uma fórmula unívoca que se aplique a todos para torná-los iguais. De fato, assim como concebe Claval (1997), “a cultura não aparece como uma totalidade que encontraríamos identicamente em todos os membros de uma sociedade” (p. 96). Reiterando: “Ela resulta de um processo de construção sem fim levado a cabo pelos indivíduos”.

A cultura está relacionada à formação do indivíduo que, embora esteja associada ao suporte biológico, não pode ser entendida como produto deste, mas como resultado das relações sócio-culturais e psicológicas que engrenam o indivíduo na assimilação e elaboração da sua sociabilidade e, conseqüentemente, sua identidade.

Nesse caso, a identidade se modela a partir da dialética entre a sociedade e o indivíduo e como tal, “é formada por processos sociais”, podendo ser “modificada ou mesmo remodelada por relações sociais” (Berger & Luckmann, 1985, p.228).

Quando um indivíduo ou grupo é colocado frente a outro, há uma socialização ainda que seja uma “socialização negativa” ou “mal sucedida” (p. 218). Tal condição pode ocorrer quando aquele que poderia ser tido como simplesmente diferente, passa a não ser aceito enquanto tal, tornando sua identidade pormenorizada. O resultado desta relação entre grupos que se consideram diferentes leva ao etnocentrismo, no qual os “indivíduos são membros de grupos e todos aprenderam – embora em graus variados – a

diferenciar entre nós e eles, entre as pessoas reais e as pessoas menos reais, entre o lugar familiar e o território estranho” (Tuan, 1980, p. 35). Etnocêntrico quer dizer que: “Nós estamos no centro”. De forma que aparece dificuldade de relativizar-se. Ou como ressalta Oliveira (1976): “é a virtual incapacidade da identidade étnica produzir uma visão ou um retrato da outra (identidade) que lhe é complementar, sem se valer de critérios absolutos, compatíveis com suas representações e obrigados em sua ideologia étnica” (p. 47).

Oliveira (1976, p. 5) considera que a identidade “surge por oposição, negando a outra”, pois ela “não se afirma isoladamente”, podendo identificar-se com um determinado grupo ou rejeitar aquele tido como contrastante. Da identidade “contrastiva” (p.45) é que nasce o etnocentrismo. Tuan (p. 36) revela que a “ilusão da superioridade e centralidade provavelmente é necessária para manutenção da cultura” dos povos, eclodindo de modo inconsciente no imaginário coletivo. Assim, quando um habitante da região Nordeste Goiano é tomado pela mídia, por exemplo, como “rude”, “analfabeto”, todos os povos da região parecem ser dotados dessa característica, passando, portanto, a uma situação de estigma: o indivíduo ou grupo estão inabilitados para a “aceitação social plena” (Goffman, 1988, p. 7). No caso do Nordeste Goiano, esta representação de rebaixamento é generalizada e não só o seu habitante é tido como diferente em relação aos outros de outras regiões do Estado, mas, parece que a região em si tem vida e identidade depreciada. A região fecha-se em uma “homogeneidade social” (Castro, 1992, p. 202).

Goffman (1988) trabalha com três noções de estigma: aquela associada às deformidades físicas; aquelas ligadas ao caráter psicológico e aquelas de características sociológicas – mas que, consideramos também ser geográficas – como, os estigmas de religião, etnia, nação e região. Essas duas últimas estão intimamente ligadas à questão da identidade de que estamos tratando. Quando esse indivíduo é colocado à frente dos padrões de vida de habitantes de uma região considerados mais desenvolvidos, por isso normais (como os do Sudoeste Goiano), fica mais evidente o contraste.

O conceito de estigma para Goffman é, então, na realidade, “um tipo especial de relação entre o atributo e o estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito” (p. 13).

Essa relação entre os considerados “normais” (nós) e os “estigmatizados” (os outros) é lugar comum nas reportagens de jornal, nos programas de governo, até mesmo na academia goiana. Para ressaltar a abrangência desta relação, são atribuídos o caráter negativo, de inferioridade ao habitante do Nordeste Goiano e o caráter positivo, de superioridade ao habitante do Sudoeste Goiano. O que representa a manipulação da identidade dos grupos.

Não há o que se estranhar, já que o etnocentrismo está, intimamente, relacionado à questão da identidade. Quando tal fenômeno é tido como o normal no tratamento da identidade desses dois grupos, é porque já atingiu o nível do inconsciente coletivo, tornando-se um “poder simbólico” que acaba forjando as identidades. Bourdieu (2000, p. 7-8) chama de “poder simbólico” esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Esse poder só tem sua eficácia, “se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (p. 14). O que não significa que não fazem parte de um jogo articulado de atitudes inventadas, construídas como foi projetada a identidade nacional, por exemplo. Acreditamos que a imagem atribuída ao Nordeste Goiano é resultado da manipulação interessada de agentes que pretendem criar, a partir de seus símbolos, uma região sobre a qual se possa lançar estratégias de controle político-ideológico. Associar esse espaço a uma “região-problema” pode ser o pano de fundo para o exercício articulado de interesses políticos no Nordeste Goiano. Garantir tal imagem é transformar a região em uma indústria de recursos muito eficiente. Nesse jogo de poder sobre a região, pode-se “inibir ou estimular identidades regionais, assim como, forjá-las” (Castro, 1992, p. 34).

O tratamento dessas questões encontra-se no âmbito das identidades sociais, que podem ser consideradas, nesse caso, como sendo também iden-

tidades regionais, visto que se referem a uma escala específica de abrangência: a regional que é, por excelência, de ordem geográfica.

A noção de identidade antropológica é tratada no nível coletivo, “plano em que a identidade social se realiza” (Oliveira, 1976, p. 4) e acaba por não considerar a “existência ‘concreta’ da identidade, restringindo-a ao campo das representações”. Admite-se que, na teoria antropológica, tem havido “pouca consciência da questão do espaço” (Gupta, 2000, p.31).

Embora seja a Geografia que reivindique um substrato espacial para entender as identidades, a própria Antropologia, sob o aparato das mudanças ocorridas na pós-modernidade, obriga-se a reavaliar seus conceitos centrais sobre “cultura” e, por extensão, sobre a idéia de “diferença cultural” (op. cit.). Alguns antropólogos já tomaram consciência da importância do componente espacial na diversificação das identidades, assim como acata Gupta:

É considerado tão certo que cada país encarna sua própria cultura distinta, que os termos sociedade e cultura são rotineiramente apositos aos nomes de estados-nações, como acontece quando um turista visita a Índia para entender a cultura indiana e a sociedade indiana, ou vai à Tailândia para experimentar a cultura tailandesa, ou visita os Estados Unidos para respirar um pouco de cultura americana (p. 32).

Essa tomada de consciência dos “territórios geográficos” (Gupta, 2000) não se aplica, necessariamente, às nações, mas pode abranger escalas menores, como a dos lugares e a das regiões.

Com o intuito de trazer a Geografia para dar contribuições à análise das identidades culturais, Haesbaert (1999, p. 174) aponta a necessidade de considerar uma “base material” que sirva de baluarte para a “construção de muitas identidades”. Ele considera que assim como as identidades são carregadas de subjetividade, são também de objetividade. E reitera que, “por mais que se construa simbolicamente um espaço, sua dimensão mais concreta constitui, de alguma forma, um componente estruturador da identidade” (op. cit.).

De fato, a maior contribuição da Geografia para essas questões repousa no fato de ela ter mais clareza do arcabouço espacial. O espaço é uma categoria-chave desta ciência. Nele, reside grande parte das explicações geográficas. Há que se admitir que, embora a Geografia tenha pouco caminho traçado no que concerne à identidade, nela reside também a perspectiva de uma leitura social, assim como na Antropologia e na Sociologia, própria para o entendimento das identidades sociais com mais uma vantagem, a experiência de lidar com a entidade territorial, possibilitando um maior acesso à leitura da identidade substanciada por uma base territorial. Esta se dá, conforme o entendimento de Haesbaert (1999), “quando sua estruturação depende, sobretudo da apropriação simbólica no/com o território” (p. 179). A materialidade desta categoria, o território, pode ser percebida em várias escalas, dentre as quais está a região.

Como exemplo da possibilidade de uma leitura geográfica da identidade, Moreira (2001, p. 27), numa análise das categorias espaciais da Geografia, argumenta: “A identidade surge da centralidade que emanado princípio da localização”. Para o autor: “O princípio da localização trabalha a favor da identidade” (op. cit.). Caso haja uma carência de base espacial no entendimento da produção social da identidade, a Geografia responde ao chamado, pois essa base, na verdade, é de cunho, eminentemente, geográfico.

Ainda nesse sentido, Silva (2001) revela: “As classes/grupos sociais são construídos a partir de práticas, representações e sensação de pertencimento dos agentes” (p.104). O autor está se referindo à região, pois, conforme ele acredita, é ela que “fundamenta a sensação de pertencimento em um determinado grupo ou mesmo classe, de acordo com a especificidade da posição e dos campos onde se está situado” (p. 103).

É bem verdade que o homem situa-se sobre um determinado espaço (seja local, regional ou nacional) identificando-se ou não, lançando conceitos e construindo representações sobre ele. Não poderia ser diferente, pois como esclarece Frémont, ao falar de região (1980), “o homem não é um objeto neutro no interior da região. Ele apreende desigualmente o espaço

que o rodeia, emite juízos sobre os lugares, é retido ou atraído, consciente ou inconscientemente, engana-se ou enganam-no” (p.16). Para o autor, esse espaço é o “espaço vivido” que aparece como revelador das realidades regionais” (op. cit.).

Pressupõe-se que a inclusão de elementos culturais e geográficos na formação da identidade regional pode ser a chave para o resgate de um conceito que apreenda a totalidade e a riqueza dos componentes sociais. A abertura para a compreensão desses fenômenos permite inserir a discussão do regionalismo, que incorpora, verdadeiramente, a perspectiva espacial da Geografia, contida na região, do mesmo modo que necessita da visão da Antropologia, com seu componente sócio-cultural³. A noção de regionalismo é vinculada à de identidade. Ambas são legitimadas a partir de ações comuns de grupos em um espaço específico onde confirmam a singularidade socioespacial evidenciando o elemento fundador das duas entidades: a diferença.

A relação da identidade e do regionalismo vivida pelos grupos se estreita à medida que pode “significar a consciência do ser regional, ser diferenciado, como de fato é” (Silveira, 1987, p. 3). Nesse sentido, a consciência pode ser “um instrumento de separação e diferenciação”, como diz Moraes (1996, p. 101).

A despeito da importância da lógica da diferença, da distinção para a formulação da identidade regional, elas por si só não a legitimam. As representações simbólicas aplicadas a um espaço determinado precisam ser reconhecidas enquanto diferente para que exista a região e a identidade. Visando maior esclarecimento sobre tal enunciado, convém citar Bourdieu (2000): “existir não é somente ser diferente mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da

³ Não é que a Geografia não se utiliza desses conceitos, pois é uma ciência social. Mas não trata especificamente da cultura e da sociedade como a Antropologia e a Sociologia. A Geografia sempre, mesmo em se tratando de vertente Cultural, insere a questão da espacialidade: essa é a diferença!

identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença” (p.129).

A análise permite retornar ao enfoque empírico que nos interessa, haja vista que envolve o caráter relacional das duas regiões. Nelas, a diferença é visível (em termos geográficos e sócio-culturais), mas é, sobretudo, reconhecida, instaurada, tornada relevante social e historicamente concreta. O recorte destas regiões é anunciado e assumido enquanto tal, sobrepondo aquele institucionalizado pelo Estado.

A diferença, passada pelo crivo da consciência social, se elabora sob a forma de um conjunto de representações simbólicas que, ao se consolidar, pode formar uma “visão maniqueísta” (Silveira, 1987) “em que a valoração positiva está centrada no real regional, por oposição ao território dos valores negativos, no caso, o que é exterior à região” (p. 03). Quão grande é a exaltação das vantagens da região, que as características naturais, junto aos elementos humanos, passam a responder pela deificação desta em relação à outra. É o que acontece com o Sudoeste frente ao Nordeste Goiano. O problema desta representação, que é ideológica, reside na tentativa de atribuir ao espaço, qualidades que não lhe pertencem, porque são sociais, resultando no que Moraes (1996) chamou de “ideologias geográficas”. Para esse autor, o discurso regionalista funciona como cimento na ação legitimadora dessa consciência. No dizer dele (p.102), “somente pessoas podem explorar lugares e pessoas”. O que significa que as regiões, na sua vertente material, não nascem carentes ou auto-suficientes, mas resultam das relações entre pessoas e classes.

Do exposto, conclui-se que o Nordeste Goiano só é o que dizem ser, estando ao lado de uma região como a Sudoeste Goiano (em um sentido relacional de existência) para que se explique não só a negligência e as ações políticas e econômicas sobre as duas regiões, respectivamente, mas para que também fique claro (em um sentido simbólico) a situação das suas identidades tão opostas. É portanto, a partir da alteridade que a identidade regional se faz ou se reforça.

4. Considerações finais

Quando, no início do texto, colocamos em pares as duas “realidades”, representantes máximas da diversidade e da desigualdade regional em Goiás, expressas no Nordeste e Sudoeste goianos, pensamos colocar em questão o problema da identidade pautada no território regional, já que a identidade só pode ser entendida se vista a partir de um jogo onde pode se revelar a semelhança e a diferença.

Todavia, trata-se de um difícil jogo, porque é dialético, nasce da contradição, da negligência e da ação que produz a desigualdade sócio-espacial nas regiões. Mas, trata-se também da produção do pensar preconceituoso sobre uma região (Nordeste Goiano) e do olhar cheio de atributos sobre a outra (Sudoeste Goiano), capazes de, ao se materializarem, fazerem parecer real o que possivelmente não é, gerando estereótipos e deificações sobre as regiões e, por meio destas representações simbólicas, forjar identidades regionais. Talvez seja por isso que Haesbaert (1999, p.180) afirma: “A importância da identidade decorre então mais de sua eficácia que de sua ‘realidade’, embora considere que isto “não impede que a referência a um recorte territorial ‘real’, ou seja, concreto não ajude, e muito, a tornar mais eficaz esta construção simbólica” (p.180-181).

Desse modo, pode ser ressaltada a importância de uma ciência como a Geografia para dar sua parcela de contribuição no que concerne à identidade que é social, mas que também está associada ao território, ainda que, em tempos de globalização, ele se revele como esfacelado junto com as identidades nele localizadas. Na realidade, considerando ou não a estabilização territorial das identidades, o que é preciso validar, é o caráter da relativização, ou seja, levar em conta os meus interesses, sem com isto, menosprezar os sentidos dos outros.

Ao ressaltar sobre uma determinada região, questiona-se o que ela representa para os seus moradores ou como eles criam sua cotidianidade para enfrentar as dificuldades impostas pelo esquecimento da região no cenário político estadual; ou, ainda, se a população concorda com o imagi-

nário identitário regional que os outros lhe propõem. Assim, quem sabe, se possa encontrar uma forma de desvelar muitas das realidades contidas nesta questão tão complexa das identidades, especialmente, aquelas cartografadas na região.

ABSTRACT

CARVALHO, Gisélia Lima. To a regional identity analysis in the Geography. *Temporis(Ação)*, Goiás, v.1, n.7, jan/dez 2003.

This article is concerned with the question of regional identity in the Geography, using as field empiric analysis the regional Geography of Goiás. The reflexion starts on the formation of the national identity, taking as background, the modernity and the globalization influences in the concept of regional identity.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGER, P. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1999.
- _____. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CASTRO, I. E. de. *O mito da necessidade: discursos e práticas do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- _____. Visibilidade da região e do regionalismo: a escala brasileira em questão. IN: LAVINAS, L. et al. (Org.). *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- _____. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. SOUZA, M, A. de. et al. (Org.). *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1997.
- CLAVAL, Paul. Abordagens da Geografia Cultural. In.: CASTRO, I. E. de. et al. (Org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- DAMATTA, R. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Almedina, 1980.

- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GUPTA, A. & FERGUSON, J. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In.: ARANTES, A. A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- HAESBAERT, R. da C. *Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- _____. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.
- _____. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z. et al. (Org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.
- _____. *Identidade e migração em áreas transfronteiriças*. In.: GEOgraphia: Revista de pós-graduação em Geografia. Rio de Janeiro, n. 5, ano III, p. 43-60, set. 2001.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: 34, 1994.
- MAGNOLI, D. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP/Moderna, 1997.
- MORAES, A. C. R. *Ideologias geográficas*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MOREIRA, Ruy. *As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades*. In.: GEOgraphia: revista de pós-graduação em Geografia. Rio de Janeiro, n. 5, ano III, p. 43-60, set. 2001.
- OLIVEIRA, R. C. de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.
- O POPULAR. *Os vários mundos de Goiás*. Goiânia, 2 set. 2001. Cidades, p. 1B, 2B,3B, e 4B.
- ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho D’água: s/d.
- _____. *Cultura, modernidade e identidades*. In: SCARLATO, F. C. et al. (Org.). *Globalização e espaço latino-americano*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994.
- _____. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- SANDES, N. F. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia: Ed. da UFG: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

SILVA, Jáilson de Souza. *A pluralidade de identidades no bairro da Maré*: Rio de Janeiro. In.: GEOgraphia: Revista de pós-graduação em Geografia. Rio de Janeiro, n. 5, ano III, p. 43-60, set. 2001.

SILVEIRA, R. M. Godoy. *Cultura, sociedade e região*. In.: XIV Simpósio Nacional de História. Brasília: ANPUR, 1987.

SOUZA, C. Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: UFG, 1997.

TUAN, Yi-fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.